

Aumento dos gastos ameaça cumprimento da meta de poupança de 4,25% do PIB para pagamento de juros da dívida. Analistas prevêem corte de R\$ 15 bilhões nas despesas para cumprir superávit em 2007

26 OUT 2006 CORREIO BRAZILENSE

Com a corda no pescoço

Monique Renne/Especial para o CB - 16/6/05



CÂMARA, DO DRESDNER: DÚVIDA SOBRE A QUANTIDADE DO SUPERÁVIT

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

A ganstância eleitoral promovida pelo governo para impulsionar a candidatura à reeleição do presidente Lula fez um estrago brutal nas contas públicas. O superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida) acumulado pelo setor público nos 12 meses terminados em setembro caiu para 4,28% do Produto Interno Bruto (PIB), praticamente zerando as margens de manobra para o cumprimento da meta de 4,25% prevista para este ano.

O resultado levantou fortes dúvidas sobre a capacidade do governo de manter os compromissos com o ajuste fiscal. E, na avaliação dos economistas, deixou uma certeza: seja quem for o eleito na disputa presidencial do próximo domingo — Lula ou Geraldo Alckmin —, será necessário dar um arrocho nas contas públicas de pelo menos R\$ 15 bilhões em 2007. Sem esse aperto, dificilmente o setor público terá como fazer o prometido superávit do ano que vem, também de 4,25% do PIB. “O governo está com a corda no pescoço”, disse o economista-chefe da Mauá Investimentos, Caio Megale.

A brusca queda do superávit em 12 meses — até agosto, a taxa acumulada vinha se mantendo próxima dos 4,50% do PIB — decorreu do acordo fechado entre o governo e sindicalistas de antecipar, para setembro, o pagamento da primeira parcela do 13º salários dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A medida resultou em uma despesa adicional de R\$ 5,9 bilhões, o que elevou o déficit da Previdência Social no mês passado para R\$ 8,6 bilhões. Com isso, o governo federal conseguiu fazer superávit primário de apenas R\$ 65 milhões em setembro.

Não fosse, então, a ajuda de estados e municípios, com superávit recorde para meses de setembro, de R\$ 1,99 bilhão, e das estatais, com saldo positivo de R\$ 2,516 bilhões, certamente o resultado em 12 meses das contas públicas ficaria abaixo da meta de 4,25%. No mês passado, o superávit primário acumulado pelo setor público ficou em R\$ 4,5 bilhões, valor 65% menor do que o saldo de agosto (R\$ 13,1 bilhões).

Sem trégua

Na opinião de Nuno Câmara, economista, em Nova York, do banco Dresdner Kleinwort, depois dos números divulgados ontem, os investidores não darão trégua ao governo. “Haverá uma forte cobrança sobre o equilíbrio das contas públicas. O ideal é que, já depois das eleições, o presidente eleito anuncie medidas para conter o aumento das despesas do governo, como forma de garantir o cumprimento da meta de superávit de 4,25% do PIB”, afirmou.

Segundo Câmara, já havia um desconforto do mercado em relação à qualidade do ajuste fiscal, muito centrado em despesas extras, como dividendos pagos ao

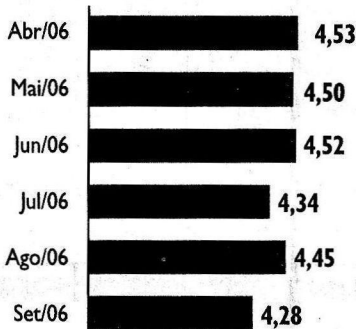
Tesouro Nacional por empresas estatais. “Agora, além da qualidade ruim, há, também, dúvidas sobre a quantidade do superávit”, ressaltou. Para o economista do Dresdner, não adiantará o governo correr atrás dos prejuízos com o anúncio de medidas de curto prazo para tentar melhorar sua imagem junto aos investidores. “O mercado vai exigir um programa de controle de gastos que garanta o equilíbrio das contas públicas no longo prazo”, assinalou.

Foi também o que disse a economista-chefe da Mellon Global Investments, Solange Srou. Ela destacou ainda que as recentes declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que não há

DESPESAS SOBEM E COLOCAM AJUSTE FISCAL EM PERIGO

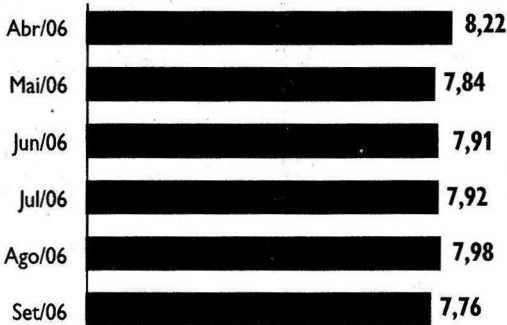
Superávit primário

Economia que o governo faz para pagar juros da dívida está diminuindo (Em % do PIB)



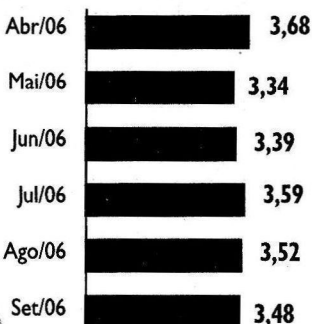
Gastos com juros

Apesar da queda da Selic desde setembro do ano passado, custo da dívida continua alto (Em % do PIB)



Déficit nominal

Como o superávit primário está caindo e as despesas com juros continuam altas, o rombo nas contas públicas se mantém elevado (Em % do PIB)



Arte: Lucas Pádua

Fonte: Banco Central

necessidade de cortes expressivos nas despesas do governo, pois o ajuste das contas públicas se dará por meio da queda dos juros e do crescimento de 5% ao ano do PIB, contribuíram para ampliar as desconfiças dos investidores quanto ao cumprimento da meta de superávit em 2007. “Não tenho dúvidas de que, se Mantega insistir no seu discurso, o mercado vai antecipar sua insegurança quanto ao ajuste fiscal e provocar transtornos ao governo — como cobrar juros maiores para financiar a dívida pública”, avisou.

Manobra à vista

Para Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do BC,

apesar do pífio superávit de setembro, não há qualquer risco de o setor público chegar ao final deste ano com resultado abaixo dos 4,25% do PIB. “A meta será cumprida, sem problemas”, assegurou. Ele afirmou que a antecipação do pagamento do 13º salários dos aposentados para setembro será compensada no resultado de dezembro, mês que, tradicionalmente, o setor público registra déficit por causa das despesas extras do INSS e com os servidores públicos. “Certamente, dezembro terá déficit, mas menor do que nos anos anteriores”, disse.

O otimismo de Altamir não convenceu Caio Megale nem Solange Srou. “O problema não é

2006, mas os próximos anos. O governo ampliou demais gastos que terão impactos nas contas públicas por um bom período”, assinalou Solange. “Não me surpreenderei se, em 2008, o governo anunciar a redução do superávit primário”, emendou Megale.

No entender da economista da Mellon Investments, diante das dificuldades criadas pelo próprio governo, é possível que, já no ano que vem, a equipe econômica lance mão de subterfúgios como o Programa Piloto de Investimentos (PPI) para abater no superávit primário. Como o PPI pode chegar a 0,20% do PIB, o superávit ficaria em 4,05% do Produto. Uma manobra de quase R\$ 4 bilhões.